

APRESENTAÇÃO

Dossiê: Educação, Religião e Religiosidade: conexões histórico-sociais

*Dr. Raimundo Márcio Mota de Castro*¹

*Dr. Marcos Vinicius de Freitas Reis*²

O presente dossiê aborda um tema de grande relevância e atualidade, que diz respeito às relações entre a questão educacional e o fenômeno religioso em diversos contextos. A cada década que passa, as modificações do campo religioso brasileiro são cada vez mais notáveis, por exemplo, não se pode mais afirmar que o Brasil é de hegemonia católica. Uma vez que a pluralidade religiosa é uma realidade, assim como a disputa entre grupos religiosos e não religiosos, o campo educacional passa ser reflexo de todas essas transformações.

É natural que grupos religiosos e não religiosos queiram utilizar espaços escolares formais e não formais ou ainda, desenvolverem pedagogias próprias para ensinar seus saberes, visões de mundo, cosmovisões, costumes, rituais, crenças e

¹ Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Professor do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias (PPG-IELT) da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

² Professor da Universidade Federal do Amapá. Coordenador do Centro de Estudos de Religião, Religiosidade e Políticas Públicas (CEPRES). E-mail: marcosvinicius5@yahoo.com.br

outros aspectos. O ato de educar é necessário para que os conhecimentos sejam transmitidos e para que as ações prosélicas de alguns grupos tenham relativo sucesso.

Atualmente no Brasil, a realidade do ensino religioso tem mostrado como a questão religiosa está pautado no contexto escolar. Não são raros os momentos em que professores utilizam as aulas para uma educação religiosa pautada em suas crenças particulares. Por muitas décadas, o ensino da religião foi de monopólio da igreja católica, era ela que dizia para os sistemas de ensino o que deveria ser ensinado, como deveria ser ensinado e quem deveria ensinar. Isto é, toda a política pública relacionada ao ensino religioso era essencialmente de competência da Igreja Católica. A partir dos anos 1990, grupos pentecostais e neopentecostais começam a reivindicar o espaço, tendo em mente que a fé evangélica também precisava ser ensinada. Tal grupo religioso consegue, portanto, forte penetração nas escolas. Atualmente, eles pautam formas de ensinar, influenciam na gestão escolar e na formação de professores. Há enormes barreiras na ampliação de uma educação voltada para os direitos humanos nas escolas, uma vez que os evangélicos são contrários à discussão e inserção temas relacionados a sexualidade, gênero, raça, indígena e meio ambiente. Neste sentido, dificilmente a laicidade e a democracia serão valores nas escolas brasileiras.

Paralelo a isso, outros grupos religiosos e não religiosos que não são afeitos ao ensino religioso defendem a sua retirada do currículo escolar ou que seja feito dentro dos parâmetros das ciências da religião. Tal área que, infelizmente, carece de instrumentos científicos que definem bem o campo de atuação e que também necessita de uma militância mais organizada e orgânica para sua expansão no Brasil.

Neste contexto, as aulas de ensino de história tornam-se importantíssimas para o trabalho da religião e da religiosidade. O professor de história ao eleger uma fonte e um determinado período histórico, certamente terá que desenvolver uma

transposição didática para refletir com o alunado sobre como a questão religiosa impactou a sociedade em estudo. A reconstrução do processo histórico a partir da religião pode mostrar aos alunos como as pessoas eram representadas, de que forma suas memórias foram construídas e definidas, como as mentalidades foram pensadas e ainda, de que forma as exclusões, preconceitos, silenciamentos e apagamentos foram realizados no tocante aos grupos subalternizados.

Como dissemos, são inúmeras as nuances que podem ser exploradas atualmente nas relações entre educação, religião e religiosidade. A partir dessa linha de raciocínio apresentamos a seguir os textos que compõem esse número, nele teremos a sessão dos textos que farão parte do dossiê e outros artigos na sessão de temas livres.

Iniciamos com o texto elaborado por Daniel Ribeiro Ferreira Junior e Marcos Vinicius de Freitas Reis intitulado **“Religiões e religiosidades na historiografia”**, que abre o dossiê trazendo à luz reflexões sobre a presença do tema da religião e da religiosidade em trabalhos escrito por historiadores e ainda, de que modo a questão educacional é pensada por esses autores.

Escrito pelos pesquisadores Ana Maria de Souza e Silva e o Raimundo Márcio Mota de Castro o trabalho intitulado **“O Ensino Religioso e sua construção epistemológica em teses e dissertações no Estado de Goiás”**, faz um minucioso levantamento acadêmico dos trabalhos de mestrado e doutorado que problematizam a questão do ensino religioso no Estado de Goiás.

O próximo texto publicado é de autoria de Alessandro Bem e Ariovaldo Lopes Pereira, intitulado **“A laicidade da educação pública no Brasil e o ensino religioso na BNCC”**, nele há importantes reflexões sobre a necessidade de instrumentos didáticos para que o ensino religioso seja trabalhado dentro da lógica da laicidade prevista na constituição brasileira.

Questões de gênero e sexualidade também estão sendo discutidos no presente dossiê. No artigo **“Gêneros e sexualidades: trato com temas transversais na disciplina de Ensino Religioso em escolas de Recife”** escrito pelas pesquisadoras Aurenéa Maria de Oliveira e Jacilene Maria Silva, são relatadas as dificuldades de trabalhar questões de gênero e sexualidade no contexto escolar em Recife-PE, assim como a resistência por parte de professores, diretores e pedagogos para que as aulas de ensino religioso abordem esses assuntos.

Os autores Sérgio Junqueira e Roberta Valéria Guedes de Lima contribuem neste número mostrando como a nova direita, visando a defesa de valores conservadores, estão pautando determinados temas na escola pública brasileira. Esses grupos defendem que a educação deve reproduzir valores tradicionais e combater determinadas ideologias que ferem esses princípios. O texto recebeu o título **“Educação, Religião e Ideologia: A Nova Direita Brasileira e a formação de cidadãos conservadores”**.

Ampliando o debate para além da questão educacional, o pesquisador Everaldo dos Santos Mendes contribui com o artigo **“Ex-voto, Teatro e Direitos Humanos “O Pagador de Promessas”, de Dias Gomes”** no qual ele demonstra a partir da peça escrita por Dias Gomes, de que forma a questão religiosa aparece no tocante ao pagamento das promessas, os conflitos que são surgidos a partir disso e ainda, como o debate sobre os direitos humanos aparece na obra.

O texto denominado **“Um homem influencia o outro? O discurso religioso na tradição da escrita de Christine de Pizán e de Cervantes”** escrito por Edwirgens Aparecida Ribeiro Lopes de Almeida analisa como o elemento religioso está muito presente no texto de Christine de Pizán e de Cervantes.

Como sabemos, o período medieval foi fortemente marcado pela consolidada conexão entre o poder religioso e o poder político. Para mostrar como essas questões eram vividas, dentre outros elementos, foi feita a análise dos sermões de Cesário de

Arles (c. 470-542) no trabalho intitulado **“Cultura e religiosidade popular na Alta Idade Média: uma análise baseada nos sermões de Cesário de Arles (c. 470-542)”** do autor Marcos Pedrazzi Chacon.

Outro debate importante é a questão indígena no contexto da ditadura militar. As perseguições, exílios, mortes, censuras, espionagens e outras formas de perseguição foram muito comuns na ditadura civil-militar no Brasil. Grupos ligados à Igreja Católica surgem na defesa dos direitos humanos e a questão indígena aparece fortemente nessas associações. O texto demonstra como esses grupos católicos sofriam as perseguições. O artigo foi escrito por Luan Piovani, Fabio Lanza, José Neves Jr., João Correia e Guilherme Vandresen intitulado **“A Interpretação do SNI em relação às associações religiosas empenhadas na questão indígena durante a Ditadura Militar (1964-1985)”**.

As conexões entre trabalho e saúde também se fazem presentes no debate acadêmico promovido por este dossiê. O trabalho **“As marcas da hanseníase em Goiás percepções acerca do trabalho religioso e social de Monsenhor Rodolfo Tellmann no leprosário Colônia Santa Marta”** escrito pelos autores Ricardo Antonio Gonçalves Teixeira, Dom, Rayane Cavalcanti Teixeira e Samuel Pinto mostram e fazem reflexões sobre essas relações.

O autor Hudson Silva Lourenço também traz importantes contribuições a partir do campo da antropologia e da filosofia com o trabalho intitulado **“Notas de pesquisas: Entre sentidos e significados: uma leitura antropológica e filosófica da subjetividade, como ferramenta construtiva na produção dos tipos de discursos sobre o Jesus Histórico”**.

Na sessão de artigos livres, o pesquisador Mário Costa de Paiva Guimarães Júnior com o trabalho intitulado **“Ensaio Crítico à ideia de “Crise de Hegemonia dos EUA”** colabora de forma interessante no debate a respeito da crise de hegemonia vivenciada pelos Estados Unidos da América.

Vanalda Gomes Araújo discute a questão indígena no contexto da Guerrilha do Araguaia. A autora demonstra como a região conhecida nacionalmente pela resistência civil-militar foi palco da atuação dos indígenas contra as tentativas de perseguições sofridas pela sua etnia. O texto tem como título **“As consequências da guerrilha do Araguaia para os indígenas Aiekewara”**.

O trabalho das escritoras Sandra Elaine Aires de Abreu e Tarsio Paula dos Santos denominado **“A difusão da Instrução Primária na Província de Goiás (1835-1889): a Obrigatoriedade e a Gratuidade do Ensino”** demonstra, ao longo da história, como a problemática educacional foi pensada em Goiás.

A história da imprensa também é discutida neste volume. O professor Luciano da Silva Moreira com o trabalho **“José Gonçalves Cortes e O Telegrapho fragmentos de uma cultura da impressão na Província de Minas Gerais no Primeiro Reinado (1829-1831)”** problematiza como tal questão foi desenvolvida no estado de Minas Gerais.

Miguel Vitor de Araujo Vieira com o trabalho **“Entre Trilhos e Promessas os primeiros dez anos da Companhia de Estradas de Ferro D. Pedro II sob uma direção inesperada”** demonstra os conflitos surgidos com a implantação e o desenvolvimento da Companhia de Estradas de Ferro no período monárquico brasileiro.

Os autores Jaime de Lima Guimarães Junior e Ana Nascimento no texto **“A Educação Patrimonial nos livros didáticos de História”** relatam as questões envolvidas na tentativa do estudo dos patrimônios no ensino de História.

No texto **“Os Saberes do trabalho na construção naval artesanal da Amazônia Limoeiro do Ajuru, região do baixo Tocantins, no Pará”**, os autores Marisa Montrucchio, João Batista do Carmo Silva e Ademar Pinheiro Farias Júnior,

discutem de forma aprofundada sobre como a região do baixo Tocantins no Pará foi palco da questão naval e as suas relações de trabalho.

Questões sobre a ideologia de gênero, objeto de muita polêmica e que afeta o cotidiano da sociedade brasileira, também estão presentes no nosso número. A autora Ilda Renata Andreata Sesquim com o texto **“A “ideologia de gênero”: uma estratégia política reacionária”** evidencia as estratégias adotadas por grupos na tentativa da implantação desse projeto na sociedade brasileira.

E por fim, Maria da Conceição Cordeiro da Silva e Maria Lima relatam os preconceitos sofridos por alunas negras de escolas públicas brasileiras por uso de penteados no cabelo, no texto **“Do preso ao solto: Estudo de caso da identidade afro-infantil através do cabelo”**.

Esperamos que os excelentes textos ampliem as discursões em todas as áreas acima citadas e que sirvam como problematizações sobre as questões religiosas no ensino, assim como questões ideológicas, sociais e identitárias. No mais, agradecemos imensamente a direção e edição da revista pela oportunidade nos dada na organização deste importante trabalho.